

Folha dos Bancários



JANEIRO DE 2019/ nº 409

PREVIDÊNCIA PÚBLICA

Todos temos de lutar por esse direito!

Sistema que garante saúde, assistência social e pensões está ameaçado por proposta de capitalização no qual só se aposentará quem conseguiu poupar. Veja na página 4.

Fotos: Andréa Ono



Em 2017, quando a intenção do governo de retirar direitos dos trabalhadores se tornou mais evidente, diversos setores da sociedade brasileira se uniram contra as ameaças à quem constrói a riqueza deste país. Nas imagens acima, o alerta de bragantinos em abril de 2017. Após as últimas eleições presidenciais, a classe trabalhadora vem sofrendo ataques diários.

95 anos de conquistas [páginas 2 e 3](#)

Melhorias na PLR do BMB, [na 4](#)



ESTAMOS DE OLHO

Devido a problemas no ar condicionado, a agência da CEF no Lavapés, em Bragança, passou a operar parcialmente no dia 23, até a solução definitiva do problema.

A medida é consequência da interferência do Sindicato, que solicitou à Regional de Jundiá providências urgentes, para reduzir os transtornos causados a bancários, clientes e usuários desde o dia 17. ESTAMOS DE OLHO!

Sócio paga menos



- ★ o bancário já pode comprar produtos orgânicos com cartão alimentação. Sindicalizados pagam menos.
- ★ será aberta a Segunda Turma do Curso CPA-20, que será gratuito para sindicalizados. Sócio só pagará a apostila

[PROCURE O SINDICATO](#)

95 anos de conquistas da categoria bancária

Avanços só vieram com a luta de muitas gerações de bancários e bancárias. Participe você também dessa história de conquistas, ao lado do Sindicato.



REPRODUÇÃO-FOLHA BANCÁRIA ESPECIAL DE FIM DE ANO/2018

Previdência pública:

TODOS TEMOS DE LUTAR POR ESSE DIREITO!

Sistema que garante saúde, assistência social e pensões está ameaçado por proposta de capitalização no qual só se aposentará quem conseguiu poupar

Com o argumento de que a Previdência está quebrada, o primeiro semestre de 2019 será marcado pelas tentativas de mudanças profundas no sistema de aposentadorias e pensões. O novo ministro da Economia, Paulo Guedes, defende proposta que inclui regime de capitalização. Caberá a cada trabalhador administrar sua própria poupança.

O modelo é o semelhante ao adotado no Chile, em 1981. Porém, as pensões pagas no país são miseráveis. Quem se aposenta com salário de R\$ 2.635, por exemplo, recebe entre R\$ 660 (mulheres) e R\$ 870 (homens). Isso significa que os chilenos recebem menos da metade do salário mínimo daquele país. Os dados são da Superintendência de Pensiones de Chile, órgão que regulamenta o sistema de Previdência. Além disso, não há uma regra clara sobre o valor a receber na aposentadoria.

Consulta à base

Diante da grave ameaça ao sistema de seguridade social que a proposta de capitalização representa, a CUT e demais centrais sindicais farão uma plenária no dia 20 de fevereiro para definir a estratégia contra a retirada do direito à aposentadoria digna.

“Antes, os sindicatos farão consulta aos trabalhadores. A estratégia de mobilização será construída com participação da base”, afirma Wagner Freitas, presidente da CUT.

O modelo brasileiro atual de Previdência pública é financiado por um tripé formado por contribuições do governo, empregados e empregadores. O sistema garante saúde, assistência social e aposentadorias e pensões à todos.

“Não podemos permitir sem enfrentamento que todo um instrumento de previdência pública e assistência social conquistado há 30 anos seja jogado fora por um governo que quer transformá-lo em capitalização, no qual o trabalhador só receberá de pensão por aquilo que conseguiu poupar ao longo da vida. Esse modelo deixará na miséria aqueles que não conseguiram poupar porque receberam salários baixos ou não tinham emprego. O governo está propondo acabar com o conceito de previdência social, semelhante ao dos países desenvolvidos, e que nós defendemos”, alerta Neiva Ribeiro, secretária-geral do Sindicato dos Bancários de São Paulo.

Sistema atual não está quebrado

O ex-ministro da Previdência Carlos Gabas rebate o argumento de

que o sistema previdenciário está quebrado e lembra que previdência urbana era superavitária até 2015. “Se há atividade econômica, há emprego. Quando a crise se agravou, aumentou o desemprego e caiu a arrecadação. O problema não é estrutural.”

O ex-ministro, no entanto, defende a reforma do sistema modificando as fontes de financiamento do sistema atual por meio de reforma tributária; fim das isenções fiscais concedidas a empresas; combate à sonegação de impostos; e cobrar os grandes devedores.

Reforma deve atacar privilégios

Em artigo publicado na Folha de S. Paulo desta sexta-feira 18, o ex-ministro da Fazenda e do Planejamento e professor da FGV, Nelson Barbosa, defende que qualquer reforma tem de incluir os militares.

“As forças Armadas devem ter tratamento diferenciado, como acontece em todos os países, mas no Brasil a diferença virou privilégio injustificável.”

O valor gasto com pensões de filhas de militares que nunca se casaram supera R\$ 5 bilhões por ano, por exemplo.

O valor dos benefícios pagos de aposentadoria a inativos militares e de pensões a suas filhas foi de R\$ 8,1 mil por mês, em média, em 2016. Isso é cinco vezes mais do que aquilo que foi pago pelo INSS: R\$ 1,4 mil. Os dados são do Tribunal de Contas da União (TCU).

Barbosa acrescenta ainda que qualquer reforma da Previdência deve manter ou aumentar o teto do INSS e não reduzi-lo.

“Diminuir a cobertura do INSS para R\$ 2.000 por mês, como aventado por algumas viúvas de Pinochet [ditador chileno que implantou o regime de capitalização no Chile], é um atentado contra gerações futuras. Essa proposta tem por único objetivo criar mercado para fundos de previdência privada e, não por acaso, é defendida por economistas sem partido, mas com patrocínio.”

Para ele, a saída para combater a falta de receitas passa por elevar o percentual de contribuição previdenciária sobre o faturamento de microempresas e ruralistas ao INSS



Redação Spbancarios, com alterações de Seeb Bragança Paulista

Melhorias na PLR do Mercantil do Brasil

BMB abre possibilidade de gatilho que contemple pagamento de PLR próprio a partir de 80% da meta

No último dia 17, o Sindicato de Belo Horizonte realizou reunião com o Banco Mercantil sobre o programa próprio de PLR para o ano de 2019. Os representantes dos bancários argumentaram sobre o abusivo incremento de 30% na meta de lucro do banco para o ano de 2019, passando para R\$ 130 milhões, e a meta de redução de despesas.

Eles denunciaram a imposição do banco em pagar o programa próprio somente com o cumprimento de 100% das metas. Além disso, foi solicitada que os dependentes possam receber o PLR próprio, em caso de falecimento do funcionário.

Diante ao impasse, o BMB abriu a possibilidade de um gatilho que contemple o pagamento do programa próprio a partir do cumprimento de 80% da meta. Assim, os funcionários passam a receber, proporcionalmente, a partir do atingimento do lucro de R\$ 104 milhões, uma redução de R\$ 26 milhões. O gatilho de cumprimento de 80% das metas também inclui a redução de despesas e BSC, que representa o total de 50% do peso do Programa próprio, 25% cada, respectivamente.